



Recebido em 19/01/2021

Aceito em 23/03/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36117

## DOSSIÊ

# Religiosidade no BNM Digit@l: os bastidores do “Brasil: Nunca Mais” a partir de fontes da internet

Religiosity on BNM Digit@l:  
the backstage of “Brazil: Never Again” through  
sources from the internet

*Luca Lima Iacomini*

Mestrando em História na UFPR

orcid.org/0000-0002-1707-8117

[iacomini.luca@gmail.com](mailto:iacomini.luca@gmail.com)

**RESUMO:** A nota de pesquisa tem como objetivo divulgar a documentação da plataforma virtual BNM Digit@l e relatar sua utilização em monografia apresentada pelo autor em 20XX. O website foi criado em 2013 para popularizar o projeto “Brasil: Nunca Mais” e disponibilizar documentação que vai dos processos apreendidos ao longo da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) até os bastidores do projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Nunca Mais. Identidades Religiosas. História e Internet.

**ABSTRACT:** This research note has as goal to divulge the documentation of the virtual platform BNM Digit@l and report its use on the undergraduate thesis presented by the author in 20XX. The website was created in 2013 to publicize the project “Brazil: Never Again” project and provide documentation that goes from the processes apprehended during Brazilian Military Dictatorship (1964-1985) to its backstage.

**KEYWORDS:** Brazil Never Again. Religious Identities. History and Internet.

## Introdução

O trabalho é resultado da pesquisa de Iniciação Científica “Brasil: Nunca Mais – Identidades religiosas entre o ecumenismo e a resistência”, com bolsa do CNPq e sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karina Kosicki Bellotti. A pesquisa resultou na monografia apresentada pelo autor na Universidade Federal do Paraná.

O projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM) foi uma iniciativa tomada em 1979 pela advogada Eny Raimundo Moreira e pelo reverendo presbiteriano Jaime Wright de fotocopiar documentos encontrados no Supremo Tribunal Militar (STM) em Brasília de forma a comprovar a repressão cometida pelo Estado durante a Ditadura Militar (1964-1985). A ideia seria a de manter a memória de torturas, desaparecimentos,

exílios e mortes caso os documentos fossem destruídos após o processo de redemocratização, como aconteceu após o Estado Novo da Era Vargas (1937-1945). Wright, no entanto, havia percebido que a ideia poderia funcionar caso contasse com dois tipos de apoio: um político e outro financeiro. O apoio político veio de um de seus amigos, o arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns - com quem havia celebrado o ato ecumênico em memória ao jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto nos porões da ditadura - e com quem estabelecia uma amizade e compartilhava a luta pelos direitos humanos. Já o apoio financeiro viria de uma instituição com sede em Genebra, na Suíça: o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), instituição que abrigava igrejas protestantes e ortodoxas ao redor do mundo. O plano levaria à escrita de um Projeto A, relatório com 6.891 páginas em 12 volumes, e um Projeto B – redigido pelo jornalista Ricardo Kotscho e por Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto -, que seria o livro homônimo, um resumo acessível do Projeto A.

Em 2013, foi lançado pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3) o BNM Digit@l, website que disponibiliza cerca de 900 mil páginas digitalizadas do conjunto de 710 processos da repressão durante a ditadura civil-militar, julgados pelo STM. O website traz, ainda, cópia integral dos arquivos do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, os quais revelam os bastidores do projeto, realizado em segredo durante a vigência do regime de exceção (CUNHA, 2018, p. 69).

Embora boa parte da história do BNM já tenha sido tratada em outros trabalhos, em especial no livro “Olho por olho: os livros secretos da ditadura”, do jornalista Lucas Figueiredo (2009), foi possível trabalhar os bastidores desse projeto por outra perspectiva: a partir de um olhar sobre identidades religiosas. As fontes utilizadas para o trabalho foram encontradas na pasta de pesquisa “Acervo Conselho Mundial de Igrejas”.

Entre os documentos dessa pasta estavam muitas cartas trocadas entre Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright, e também integrantes do CMI, o metodista dominicano Philip Potter, secretário-geral do órgão, o metodista uruguaio Emilio Castro e o presbiteriano Charles Harper, coordenador do Programa de Direitos Humanos na América Latina do CMI. Algumas dessas correspondências apareciam em formatos de memorandos, telegramas e relatórios. Para analisar essas fontes, a metodologia utilizada consistiu em identificar a rede de sociabilidades das quais os líderes religiosos faziam parte, além dos eventos narrados em questão. Também foi levado em conta o caráter subjetivo e a visão de mundo dos missivistas, seguindo referências especializadas no assunto (ANDRADE; PADOIN, 2016; MALATIAN, 2009).

Considerando que o projeto BNM, em si, teve início no ano de 1979, as cartas revelam uma cooperação do Conselho Mundial de Igrejas com Arns e Dom Paulo alguns anos antes. “O próprio Conselho foi afetado pelas mudanças no Brasil quando havia escolhido o Brasil como sede da reunião da Federação Mundial de Estudantes Cristãos, que começaria a acontecer em 1964, mas teve que ser transferida para a Argentina após o golpe” (IACOMINI, 2020, p. 38). No entanto, o recorte temporal

escolhido começou em 1977. Entre as cartas desse ano, além de uma que revela uma profunda admiração de Emilio Castro por Dom Paulo, está um relatório de Charles Harper que detalha diversos acontecimentos no mês de setembro naquele ano. Na concepção de Harper, Dom Paulo era uma peça-chave na repressão ao movimento estudantil<sup>1</sup>, e pede aos receptores da carta que enviem apoio ao Brasil. “Por motivos óbvios, essa carta pessoal a vocês não deve ser publicada. Contudo, com toda certeza usem a informação que ela contém – de maneira apropriada – e o material anexado”<sup>2</sup>, conclui Harper.

Em 1978, Jaime Wright envolve o CMI e a Arquidiocese de São Paulo no apoio ao grupo Clamor, criado junto com a jornalista inglesa Jan Rocha<sup>3</sup> e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que tinha por objetivo acolher refugiados latino-americanos que vinham ao Brasil. O apoio foi requisitado novamente em agosto de 1979, com o desenvolvimento do projeto que viria a ser o “Brasil: Nunca Mais”, embora inicialmente recebendo o nome de “Testemunhos Pró-Paz”. Arns assinou, em 21 de agosto de 1979, a carta que seria entregue a Philip Potter pedindo auxílio financeiro do Conselho. Nela, afirma que aquele parecia o momento ideal para os cristãos tomarem iniciativa em meio à abertura democrática, conforme os trechos:

As presentes “aberturas democráticas” podem prover a única chance de acesso ao (...) material e sua preservação. Isso significa, é claro, que nós devemos tentar levar o projeto em frente o mais cedo possível.

Sentimos que as igrejas precisam tomar a iniciativa de garantir o fato de que, a partir da publicação desses materiais, essas coisas não vão acontecer de novo.<sup>4</sup>

A resposta oficial de Potter seria escrita em 23 de junho de 1980, em que o secretário-geral afirma que apoiaria o plano, declarando que “O vosso apoio decidido por aqueles que não se beneficiaram com a chamada ‘abertura democrática’ não pode senão desafiar a Comunidade Cristã mundial e suscitar palavras e gestos de solidariedade convosco”. Temendo que as correspondências pudessem ser

---

1 Dom Paulo Evaristo Arns era chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 18 de setembro de 1977, celebrou o Ato de Solidariedade na Catedral da Penha, pedindo justiça social e aos presos políticos. Quatro dias depois, a PUC-SP é invadida por agentes da repressão, causando danos à universidade e levando a prisão de 1500 estudantes. Documentos do Serviço Nacional de Informações constata, a partir da vigilância sobre Dom Paulo, que a PUC estaria sob domínio de uma esquerda católica (ver: Motta, 2014).

2 Tradução livre. No original: For obvious reasons, this personal letter to you should not be published. However, by all means use the information it contains – as appropriate – and the enclosed material.

3 Durante a vigência da pesquisa Jan Rocha foi convidada para apresentar seu testemunho sobre o grupo Clamor na XIII Semana Acadêmica de História da UFPR. A jornalista dividiu a fala com o Prof. Dr. Benedito Prezia, que falou sobre a atuação da Igreja Católica durante a Ditadura Militar. Para assistir, acesse: <<https://www.youtube.com/channel/UC9EnLrmZrjMZAS99SBeb-uw>> Acesso em 19 jan. 2021.

4 Tradução livre. No original: “The present ‘democratic openings’ may provide the only chance for access to said material and for its preservation. This means, of course, that we should try to carry out this project as soon as possible.

We feel that the churches must take the initiative to ensure the fact that, through the publication of said materials, such things will not happen again.”

interceptadas por agentes do Estado, o dinheiro era sempre mencionado como “chocolate”.

Foi também possível conhecer alguns detalhes sobre a preparação do projeto, como o pedido de Arns para que Potter escrevesse um prefácio para a publicação do TPP, a mudança do nome para “Brasil: Nunca Mais”, o sucesso que o livro fez no Brasil e o contato de Wright com editoras estadunidenses para a edição em inglês.

Em 13 de abril de 1985, Jaime Wright escreve a Dom Paulo sugerindo outros nomes para o Testemunhos Pró-Paz: “Brasil Nunca Mais” e “Paleografia Violação Direitos”. Isso porque acreditava que a sigla TPP já poderia estar sendo supervisionada pelo aparato repressivo, necessitando de um novo nome. A sugestão do BNM teve inspiração no relatório “Nunca Más”, que tratava da violação de direitos cometida pela ditadura argentina.

Publicado em 15 de julho de 1985, o “Brasil: Nunca Mais” ganhou 20 edições nos dois primeiros anos desde sua publicação original. Em carta a Philip Potter datada de 9 de setembro de 1985, Jaime Wright afirma que a repercussão do livro excedeu as expectativas do projeto. No momento em que escrevia, a sétima edição estava pronta para ser distribuída para as livrarias.

Já a última iniciativa surgiu a partir do medo de uma possível censura que o livro poderia sofrer no Brasil, reforçada pela posse do presidente José Sarney, uma vez que ele havia sido alinhado com o governo militar. Wright foi responsável pela tradução do BNM para o inglês, que foi publicado pela editora Random House, que tinha Alfred Stepan como um de seus representantes. O contato também foi feito com a editora Harper & Row. Jaime Wright, no entanto, deixa claro em carta a Clayton Carlson, representante da editora, que este havia sido “a única voz de Harper & Row que ouvi durante todo o período”<sup>5</sup>.

Stepan, estudioso da política brasileira, escreveu o prefácio para a edição – que recebeu o título de *Torture in Brazil* -, e o contato com Wright permitiu que os documentos apreendidos de 1979 a 1985 fossem levados à Columbia University da qual Stepan era deão. Uma carta do presidente da Random House, Robert Bernstein, de 9 de junho de 1987, demonstra que, apesar de a obra ter tido alguma repercussão no exterior, o interesse do público estadunidense não correspondeu à expectativa da editora:

Mesmo eu querendo que o livro tivesse vendido mais, não posso dizer que estou surpreso. Por motivos que eu não entendo, americanos não compram livros sobre tortura em grande medida, e o mesmo pode ser dito sobre publicações estrangeiras.<sup>6</sup>

---

5 Tradução livre. No original: “the only Harper & Row voice I heard from during that entire period”.

6 Tradução livre. No original: “While I wish it had sold more, I cannot say I was surprised. For reasons I do not understand, Americans Just don’t buy books about torture in great numbers, and that can also be Said of most foreign policy publications”.

## Religiosidade no “Brasil: Nunca Mais”

No trabalho que desenvolvi, busquei identificar os elementos nas cartas que reforçariam uma identidade ecumênica, tomando ecumenismo como a ideia de união entre cristãos de diferentes denominações (BRITO, 2010, p. 13). Nessa análise sobre as identidades religiosas, foi preciso tomar a religiosidade como um fenômeno que vai além das instituições religiosas, visto que é expressa e significada de diferentes formas pelos indivíduos que professam determinado credo. Exemplo disso é o caso católico, em que o grupo chamado de Sociedade de Defesa da Família Tradição e Propriedade esteve alinhado com o regime militar, diferentemente dos setores católicos adeptos à Teologia da Libertação (ver: GOMES, 2014). Sendo assim, não cabe ao historiador julgar a legitimidade da fé desses indivíduos (BELLOTTI, 2011, p. 30).

Segundo o historiador Agemir de Carvalho Dias,

No Brasil e na América Latina, ser ecumênico representou a afinidade com uma teologia que se propunha a pensar o cristianismo a partir do pobre. Essa teologia do movimento ecumênico sofreu a influência de uma ideologia de esquerda. Os participantes do movimento ecumênico (...) foram identificados como sendo comunistas e, no Brasil, depois do golpe militar de 1964, foram também chamados de *subversivos*. (DIAS, 2007, p. 28)

A perspectiva de solidariedade e de cuidado com os pobres aparece em diversas fontes recolhidas no *site*. Em 28 de fevereiro de 1980, Harper escreve ao bispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, sobre a preocupação com a situação da pobreza no Brasil:

Um dos assuntos que tem preocupado as nossas Igrejas é um profundo sentimento de solidariedade com os pobres. É a busca de ser uma Igreja dos pobres, onde eles se sintam como na sua própria casa. Esse tema vai ser debatido no Comitê Central do Conselho, no próximo agosto. Estamos lhe enviando a cópia do documento que vai ser discutido, para seu conhecimento e consideração.

Durante a sua visita aqui (...) seria muito bom que o senhor nos falasse da riqueza do seu ministério, sempre comprometido com os pobres como testemunho do Evangelho. [sic] (...)

Para além da justiça social, os direitos humanos aparecem como uma prioridade nos assuntos tratados com o Conselho Mundial de Igrejas. A América Latina era mencionada em carta de Potter a Arns de 26 de novembro de 1983 como um assunto de preocupação do CMI, tendo suas dificuldades sido levadas à Sexta Assembleia do Conselho:

É com grande alegria que eu lembro da nossa última reunião e das várias ocasiões em que compartilhamos juntos os problemas e esperanças em nosso testemunho comum. As dificuldades e desafios que estão vivendo as comunidades cristãs no Brasil, enquanto lutam por sobrevivência e dignidade,

chamaram vigorosamente a atenção dos delegados e outros participantes da Sexta Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver nesse ano.<sup>7</sup>

Na carta que Arns escreve a Potter, em 30 de dezembro de 1983, quando pede para que ele escrevesse um prefácio para a publicação do projeto, o Cardeal de São Paulo afirma que a preocupação do CMI com o Brasil reforçava o significado de um testemunho comum, que poderia ser expresso pelo fato de ambos serem de denominações cristãs diferentes, mas que, além de adorarem ao mesmo Deus, estão envolvidos com a causa dos direitos humanos.

O aspecto da solidariedade aparece também com relação a outros países que enfrentavam dificuldades. Exemplo disso é o envolvimento de Arns e Wright com os cristãos na China. Uma carta de Wright a Arns de 2 de maio de 1985 revela que o Secretário Executivo da Comissão de Igrejas em Assuntos Internacionais,<sup>8</sup> Erich Weingärtner,<sup>9</sup> fez um convite para que Arns visitasse a China. A Comissão da qual Weingärtner fazia parte tinha por objetivo conscientizar os membros na promoção dos direitos humanos em seus respectivos países. Considerando que Philip Potter exerceu um importante papel para a aproximação do Conselho Cristão da China e o Conselho Mundial de Igrejas (CARINO, 2019, p. 179), o convite pode ter sido feito para inspirar os cristãos no país na luta pelos direitos humanos, já que estes enfrentavam dificuldades após a Revolução Cultural (1966-1976) que impôs amplas restrições para a prática religiosa.

Esses casos chamam atenção para a rede de sociabilidade que envolve os integrantes do CMI, e o alcance que foi dado pela resistência brasileira. Potter destaca esse alcance em carta escrita em 5 de junho de 1985, em que afirma que as pessoas que mais o encorajaram com seu testemunho durante seus anos no órgão foram Arns, Wright e Dom Helder Câmara. Na ocasião, o então secretário-geral falava de seus últimos trabalhos no cargo de liderança do CMI, tendo Emilio Castro como seu sucessor.

## Considerações finais

O meio digital tem sido alvo de discussões acadêmicas entre as ciências humanas, a exemplo do campo conhecido como Humanidades Digitais, que, segundo o historiador e cientista social Helyom Viana Telles, pode ser pensado como “um campo interdisciplinas de conhecimento interessado na reflexão sobre produção, apropriação

---

7 Tradução livre. No original: “It is with great joy that I remember our last meeting and the various occasions when we shared together the problems and hopes in our common witness. The difficulties and challenges which are facing the people and Christian communities in Brazil, as they struggle for survival and dignity, were brought forcefully to the attention of the delegates and other participants at the World Council of Churches Sixth Assembly in Vancouver this year”.

8 Órgão sob responsabilidade do programa de direitos humanos do CMI.

9 Carta de Philip Potter a Jaime Wright de 5 de junho de 1985 revela que Weingärtner ajudou Potter a escrever o prefácio do “Brasil: Nunca Mais”.

e usos das tecnologias digitais na academia” (TELLES, 2017, p. 83). Telles acrescenta que

É possível encontrar projetos que associem linguística, computação e matemática, historiografia e bancos de dados digitais. Muitos deles não utilizam a expressão “Humanidades Digitais”. Para além da produção do conhecimento, há também a preocupação com o acesso e a difusão do conhecimento através das plataformas digitais. Metodologicamente há a questão central que norteia a pesquisa no campo, a saber, é a articulação dos conhecimentos das ciências humanas com o mundo digital. (TELLES, 2017, p. 83)

Há, também, no meio historiográfico, debates sobre o uso da internet enquanto fonte primária no estudo do tempo presente (ver: ALMEIDA, 2011). Considerando a construção das sociabilidades e a transmissão de informações no meio digital, *sites* da internet podem igualmente servir como arquivos para busca de fontes. É o caso, por exemplo, do *site* Internet Archive.

É possível afirmar que uma oportunidade aberta pela História Digital é a exibição de “fontes primárias e objetos de dados relacionados vinculados a essas fontes como tabelas, gráficos e mapas e a disseminação de plataformas de publicação” (TELLES, 2017, p. 87).

Sobre a plataforma digital do BNM, o historiador Miguel Barboza Castro afirma que

A internet (...) torna-se um veículo potencializador dos objetivos do projeto e agregador, no sentido em que reúne em um único espaço (*site*) quantidades enormes de materiais documentais acessíveis a qualquer um em qualquer parte do mundo – unido aos campos de uma “história pública digital” que amplia seus “domínios” até as mais diferentes audiências, não necessariamente havendo mediação de historiadores profissionais. O “Brasil: Nunca Mais Digital” cumpre sua finalidade, que se manteve muito parecida com a ideia gerada nos anos 1970, mas que “se atualizou” para tornar possível a reflexão e a conscientização sobre os horrores da ditadura civil-militar brasileira, cujas marcas ainda são sentidas hoje. (CASTRO, 2020, p. 257)

Iniciativa semelhante foi o *site* Documentos Revelados, criado e mantido pelo escritor e ex-militante Aluizio Palmar, que contém um acervo de mais de 95 mil documentos, encontrados em arquivos estaduais e no arquivo da Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Para além da preservação da memória da repressão, o BNM Digit@l se mostra também como portador de uma memória religiosa, no caso, do movimento ecumênico. Desta forma, a plataforma contribui com o exposto pela jornalista Magali do Nascimento Cunha, ao afirmar que “Levar em conta os processos de comunicação que envolvem a construção e a transmissão da memória das religiões e sua dimensão social e cultural é imprescindível para os estudos que abrangem a interface história-memória-religiões” (CUNHA, 2018, p. 70).

Ora, os documentos utilizados para a escrita do livro “Brasil: Nunca Mais” foram produzidos pelo próprio governo, tornando incontestável a negação de torturas, desaparecimentos e assassinados promovidos pelo Estado. O assunto foi e ainda hoje é trabalhado por historiadores no país inteiro. No entanto, não se pode negar o papel exercido pela internet na disputa de memória e no revisionismo histórico acerca desse período (ver: FONSECA *et al*, 2019). Esse fenômeno já tinha sido expresso em livros que serviram como reação ao BNM (ver: SANTOS, 2014), e é alvo de discussão até mesmo fora do ambiente acadêmico. É por esse motivo que o *website* aparece como uma ferramenta fundamental para estudo e análise.

Seu foco não está, propriamente, em estruturas digitais, no acompanhamento de atualizações frequentes em softwares, mas na busca pela garantia do acesso amplo e irrestrito de documentações e da memória histórica de resistência e luta de um dos episódios recentes mais traumáticos da história nacional. (CASTRO, 2020, p. 259)

Não cabe aqui analisar os motivos pelos quais a plataforma é pouco conhecida ou acessada, mas de refletir sobre a importância da mesma para pesquisadores e demais interessados em conhecer a história da Ditadura Militar Brasileira.

## Referências

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 9-30, 11 abr. 2011.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da Nova História Cultural e o estudo de cartas. *História em Revista*, Pelotas, v. 21/v. 22, p. 11–26, 2016.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 28, n. 55, p. 13–42, dez. 2011.
- BRITO, André Souza. *Fermento da massa: ecumenismo em tempos de ditadura militar no Brasil, 1962-1982*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.
- CARINO, Theresa. The World Council of Churches and churches in China: partnerships and diaconia. *International Journal for the Study of the Christian Church*, Abingdon, v. 19, n. 2-3, p. 175-191, 2019.
- CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, maio/ago. 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. Memória, comunicação e religiões: contribuições para os debates no mundo contemporâneo. In: MOURA, Carlos Andre Silva de *et al.* (Org.). *História, narrativas e religiões: diálogos sob o olhar da cultura*. Recife: Editora EDUPE, 2018. p. 55–70.

DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FONSECA, Barbara *et al.* Memes: extrato da disputa de memória sobre a ditadura militar brasileira. *1968: imagens, contracultura, guerra, revolução*. Curitiba: UFPR. PET-História, 2019.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

IACOMINI, Luca Lima. “A verdadeira vocação da Igreja no Brasil”: ecumenismo e resistência na relação entre a Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas durante a Ditadura Militar Brasileira (1977-1987). Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195–222.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. As esquerdas pelas direitas: memória sobre a luta armada e atuação política de direita em livros escritos por militares que atuaram em órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar. In: *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”*. Florianópolis: UFSC, 2014, p. 1-13.

SEMANA ACADÊMICA DE HISTÓRIA UFPR. SAH UFPR 2020 – Mesa 06: Religião e Ditadura. 2020. (1h55min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fubp8AxWF0s>> Acesso em: 19 jan. 2021.

TELLES, Helyom Viana. HISTÓRIA DIGITAL, SOCIOLOGIA DIGITAL E HUMANIDADES DIGITAIS: Algumas questões metodológicas. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 5, p. 74-101, 2017.

BNM Digit@l. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>> Acesso em 11 jan. de 2021.

Documentos Revelados. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/>> Acesso em 12 jan. 2021.

Internet Archive. Disponível em: <<https://archive.org/>> Acesso em 12 jan. 2021.

Carta de Emilio Castro a Dom Paulo Evaristo Arns. 26 de agosto de 1977.

Carta de Charles Harper a membros do Conselho Mundial de Igrejas. 27 de setembro de 1979.

Carta de Dom Paulo Evaristo Arns a Philip Potter. 21 de agosto de 1979.

Carta de Charles Harper a Dom Helder Câmara. 28 de fevereiro de 1980.

Carta de Charles Harper a Jaime Wright. 14 de janeiro de 1982.

Carta de Philip Potter a Dom Paulo Evaristo Arns. 26 de novembro de 1983.

Carta de Dom Paulo Evaristo Arns a Philip Potter. 30 de dezembro de 1983.

Carta de Jaime Wright a Dom Paulo Evaristo Arns. 13 de abril de 1985.

Carta de Jaime Wright a Dom Paulo Evaristo Arns. 2 de maio de 1985.

Carta de Philip Potter a Jaime Wright. 5 de junho de 1985.

Carta de Jaime Wright a Clayton Carlson. 27 de junho de 1985.

Carta de Jaime Wright a Philip Potter. 9 de setembro de 1985.

Carta de Robert Bernstein a Jaime Wright. 9 de junho de 1987.